

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO DE PAISAGISMO NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO DA REGIÃO SUL DO BRASIL

NOTES ON LANDSCAPE ARCHITECTURE EDUCATION IN ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING COURSES IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL

Alessandro Filla Rosaneli*

RESUMO

Este texto faz uma reflexão acerca do ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo a partir da análise quantitativa de um conjunto de informações recolhidas sobre os cursos da Região Sul do Brasil. As variáveis selecionadas – quantidade e título das disciplinas, carga horária, período de oferta, ementa e bibliografia básica – representam a essência de qualquer disciplina e permitiram compreender o panorama de aprendizado na maioria dos cursos então autorizados. Ao expor aspectos comuns e especificidades encontradas na região em dois eixos de análise – conteúdos propostos e característica da oferta –, este artigo promove indagações sobre os desafios do ensino de paisagismo no Brasil.

Palavras-chave: Ensino Superior. Paisagismo. Região Sul. Brasil.

ABSTRACT

This paper is about Landscape Architecture education in Architecture and Urbanism courses from a quantitative analysis of a set of information collected on courses in Southern Brazil. The selected variables - number and title of disciplines, discipline load, offer period; summary and basic bibliography - representing the essence of any discipline, allowed us to understand the scenery of this learning in most so authorized courses. Thus, by exposing the common aspects and specificities found in the region in two analytical axes - proposed content and offer features - this text promotes inquiries about the challenges of Landscape Architecture education in Brazil today.

Keywords: Higher Education. Landscape architecture. Southern Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura contribuir para a reflexão a respeito do ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil – observando aqueles ofertados na Região Sul do país, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – a

* Arquiteto e urbanista, mestre e doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da UFPR. Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP-PR). Conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU-PR). Universidade Federal do Paraná. Centro Politécnico. Setor de Tecnologia. Av. Cel. Francisco Heráclito dos Santos, 100, Jardim das Américas, 81530-990, Curitiba, Paraná, Brasil.
alefilla@yahoo.com

partir da análise quantitativa de um conjunto de informações recolhidas junto a estes cursos e disponibilizadas pelo Ministério da Educação. Em virtude de acontecimentos nos últimos anos, como a fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e os debates acirrados, advindos do revigoramento da antiga discussão sobre a prática profissional do paisagismo, já no Congresso Nacional, compreende-se que os dados aqui reunidos oferecem elementos que contribuem para iluminar esse panorama, ainda que limitado pelos recortes da pesquisa e do contexto geográfico.

O ensino de arquitetura e urbanismo na Região Sul do Brasil tem um legado de quase setenta anos, mas, por várias décadas, poucas salas de aula abrigaram as primeiras práticas de ensino neste campo do conhecimento, porém, no último decênio, essa qualificação tem se espalhado vigorosamente por diversos municípios sulinos, ancorada nas normas e diretrizes federais. Mesmo com suporte legal, cada curso tem se estabelecido com características peculiares – conteúdo curricular, carga horária mínima, perfil desejado para o futuro profissional – que permitem indagar como o ensino de paisagismo tem sido ministrado.

As linhas iniciais deste artigo recuperam, brevemente, esse itinerário de ensino, apresentando dados sobre o processo de fundação de cursos de arquitetura e urbanismo nos Estados analisados, contrastando-o com a situação encontrada no momento do estudo, contextualizada com base em algumas características gerais de cada Estado. Após a exposição dos procedimentos metodológicos que explicam a composição da amostra analisada, fazem-se considerações sobre os aspectos comuns e as especificidades encontradas nos cursos a partir de dois eixos – conteúdos propostos e característica da oferta. Ao final, pondera-se a respeito das limitações e dos desafios encontrados à luz da oportunidade do ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo.

2 SUCINTA CONTEXTUALIZAÇÃO

Na porção meridional do Brasil, os primeiros movimentos para instituir o ensino de arquitetura datam de meados do século XX. O primeiro curso de arquitetura foi instituído oficialmente em 1952 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Uma década depois, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), fundou-se o primeiro curso deste Estado. Fato a destacar é que ambos os cursos tiveram em sua gênese a contribuição das respectivas escolas de engenharia – já plenamente ativas e sensíveis para os conteúdos específicos a serem ministrados em uma escola de arquitetura.

Nos anos 1970, seguiram-se outras iniciativas, com inédita presença em cidades do interior, como na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Nas capitais, registram-se cursos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), que, em conjunto com outros dois cursos nos arredores da capital gaúcha, completaram a trajetória ímpar desse Estado sulino: fundam-se os cursos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, e na atual Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Canoas. De

fato, mesmo com o único curso fundado na década de 1980, no Estado do Paraná, e com o generalizado fôlego fundacional durante os anos 1990 – quando se criam mais escolas do que existiam até então – na virada do século, o Estado do Rio Grande do Sul possuía mais cursos em andamento em relação aos outros dois Estados somados e, ainda no final dos anos 2000, concentrava a maior quantidade de cursos de arquitetura e urbanismo na região. Tal situação se modificaria completamente durante a presente década, na qual o Estado de Santa Catarina experimentaria um fenômeno impetuoso: em pouco tempo, fundam-se mais cursos que em toda a sua história e exatamente a mesma quantidade de cursos que os outros dois Estados somados, passando a ter a maior quantidade de cursos de arquitetura e urbanismo na Região Sul do Brasil.

Nos Estados da região estudada, de forma idêntica ao que vem ocorrendo no país (MARAGNO, 2012), verificou-se gradativo incremento dos cursos de arquitetura e urbanismo – especialmente dos ofertados pela iniciativa privada – a partir do princípio do novo século e, sobretudo, nesta segunda década, quando 89 cursos estão aprovados por órgãos oficiais e quase todos em plena atividade. O gráfico 1 resume esse processo a partir de dados disponíveis para 84 cursos.

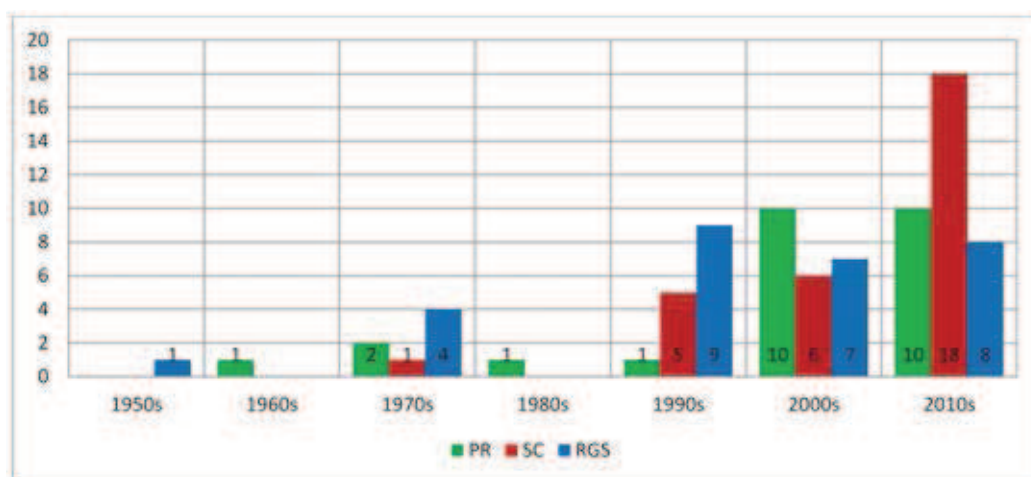


Gráfico 1 Processo de fundação de cursos de arquitetura e urbanismo na Região Sul do Brasil.
Fonte: Portal do Ministério da Educação (e-MEC)

As informações do portal do Ministério da Educação¹ (e-MEC) permitem considerar que o Estado do Paraná possuía 29 cursos de arquitetura e urbanismo aprovados em 14 municípios, para 24 Instituições de Ensino Superior (IES); no Estado de Santa Catarina, 31 cursos em 22 municípios, para 26 IES; no Estado do Rio Grande do Sul, 29 cursos em 19 municípios, para 23 IES. Do total de cursos autorizados para a Região Sul do Brasil, 15,7% estão enquadrados atualmente em IES públicas e 84,3% em IES privadas; no Paraná e Rio Grande do Sul, 13,8% dos cursos estão em IES públicas e, em Santa Catarina, 19,3%.

¹ Consulta realizada em www.e-mec.mec.gov.br. Acesso em: mai. 2014.

Para melhor aproximação, a tabela 1 expõe a situação dos cursos aprovados em contraste com dados gerais dos Estados sulinos. Um dos aspectos que chama atenção é a presença de cursos de arquitetura e urbanismo em 22 municípios catarinenses, proporção bem maior que a verificada (considerando o total de municípios) nos outros Estados sulinos, pois 7,4% dos municípios catarinenses são atendidos por esses cursos. Da mesma forma, Santa Catarina é o Estado em que se observa a maior quantidade de IES com cursos de arquitetura e urbanismo, já que estão presentes em quase um quarto do total das IES. Proporcionalmente, o Estado do Rio Grande do Sul possuía mais profissionais para a população estimada em 2012 (1/1.110 habitantes), seguido por Santa Catarina (1/1.450) e Paraná (1/1.764). Esta configuração se explica, provavelmente, em razão de o histórico de ensino no Estado gaúcho ter se consolidado há mais tempo que nos outros dois Estados – como apontado nos parágrafos anteriores. Destaca-se que em todos os Estados sulinos a concentração de profissionais é muito superior à média nacional, de 1/2.038 habitantes².

Tabela 1 Dados Sobre os Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Região Sul do Brasil

Estado	Total Municípios (2014) [1] M1	Municípios com Cursos ARQ&URB (2014) [2] M2	M2/M1	População Total (EST. 2012) [3]	Arquitetos e Urbanistas Ativos [4] (2012)	Total de IES [2] (2014)	IES com Cursos ARQ&URB [2] (2014)
PARANÁ	399	14	3,5%	10.577.755	5.996	207	24
SANTA CATARINA	295	22	7,4%	6.383.286	4.402	107	26
RIO GRANDE DO SUL	497	19	3,8%	10.770.603	9.695	125	23
TOTAL	1.191	55	4,6%	27.731.644	20.093	439	74

Fontes: [1] Portal Estados@IBGE; [2] Portal e-MEC; [3] Estimativa IBGE 2012; [4] Censo CAU 2012.

Contudo, o ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo configura-se em prática menos constante. Nas escolas mais antigas, esse exercício se deu de forma distinta: enquanto no Instituto de Belas Artes – que anos adiante comporia a fundação do curso de arquitetura na UFRGS – a disciplina de “Urbanismo e Arquitetura Paisagística” foi ministrada pela primeira vez em 1949, na UFPR a primeira disciplina foi ofertada somente na década de 1980. Para as que foram criadas a partir de meados dos anos 1990 – em virtude do conteúdo das diretrizes curriculares exposto na Portaria 1.770/1997 (BRASIL, 1997), que já padronizava a obrigatoriedade do ensino de projeto de paisagismo como matéria do núcleo de disciplinas que caracterizariam a atribuição

2 Resultados obtidos considerando a estimativa populacional para 2012 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censo elaborado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em 2012.

e responsabilidade profissional – poder-se-ia afirmar que esse campo disciplinar tem sido ministrado desde a fundação desses cursos. A diferença marcante, entretanto, é o *modus operandi*, motivo que fundamenta a tessitura das próximas linhas.

3 OS CAMINHOS DA PESQUISA E AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

É importante ressaltar que uma investigação acerca do ensino de paisagismo sem uma análise do dia a dia na sala de aula tem limitações incontestáveis: a dureza dos dados não permite aferir com apuro as idiossincrasias da aprendizagem pelos relacionamentos docente/discente, discente/discente e docente/docente –, nem possibilita apreciar se o conteúdo apresentado nos planos de ensino é minimamente cumprido. Ao mesmo tempo, diante de grande quantidade de dados possíveis de análise, as escolhas metodológicas podem mascarar, ou até deturpar, a realidade que se pretende investigar. Compreende-se que se faz necessária a exposição do caminho da pesquisa a fim de que as eventuais falhas e omissões possam ser contestadas e os acertos considerados, garantindo a sua possível replicação em outras paragens.

As informações deste estudo foram compiladas por meio de um levantamento iniciado em dezembro de 2013 e concluído em maio de 2014. As variáveis selecionadas foram: a) quantidade e título das disciplinas; b) carga horária; c) período de oferta; d) ementa; e) bibliografia básica. De certa maneira, esses tópicos representam a essência de qualquer disciplina e, por isso, reúnem elementos importantes para esta análise de fundamento preliminar.

O procedimento inicial escolhido para a obtenção de informações foi o contato direto com os coordenadores de curso via *e-mail*, pois nem sempre os sites das IES ou dos próprios cursos refletem a dinâmica atual do ensino ofertado – por exemplo, troca de projeto pedagógico em desenvolvimento, curso sendo implantado no momento do estudo. Em sua grande maioria, os *e-mails* dos coordenadores foram retirados dos *websites* dos cursos, fato que, por vezes, dificultou o contato, uma vez que não se tinha a garantia de que a pessoa continuava exercendo a função, de que o *e-mail* estava correto ou mesmo se, como *e-mail* institucional, chegaria ao destinatário final. Obteve-se retorno efetivo de pouco menos de um terço dos coordenadores contatados por, no mínimo, três vezes no período. Para os casos em que não se logrou retorno, os dados foram recolhidos em pesquisa aos *sites* dos cursos ou das próprias IES. Nessas consultas, em torno de 20% das IES disponibilizam tanto a grade curricular quanto os planos de ensino, às vezes simplificados, e pouco mais de um terço do total só disponibiliza a grade com informação dos títulos das disciplinas e períodos de oferta. Às vezes, disponibilizam, também, a carga horária e os créditos das disciplinas, não havendo ementário e nem bibliografia disponível.

Para o total de cursos analisados, foram recolhidos, com êxito, 100% da quantidade de disciplinas (com respectivos títulos) e período de oferta; 94,6% das informações referentes à carga horária das mesmas; 63,5% das ementas e 52,7% da bibliografia

básica. Num panorama segmentado por Estados, para 66% das disciplinas analisadas do Paraná, 43,1% de Santa Catarina e 55,5% do Rio Grande do Sul, foram coletadas informações completas. A tabela 2 expõe os detalhes desse cenário.

Tabela 2 Universo dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Região Sul do Brasil e Dados Totais Compilados

Estado	Total de Cursos [1] [T1]	Total Analisados [T2]	[T2/T1]	Título [2]	%	Carga Horária [2]	%	Período de Oferta [2]	%	Emen-ta [2]	%	Biblio-grafia Básica [2]	%
PARANÁ	29	23	79,3%	23	100	20	86,9	23	100	18	78,3	14	60,9
SANTA CATARINA	31	24	77,4%	24	100	24	100	24	100	14	58,3	12	50
RIO GRANDE DO SUL	29	27	93,1%	27	100	26	96,3	27	100	15	55,5	13	48,1
TOTAL	89	74	83,1%	74	100	70	94,6	74	100	47	63,5	39	52,7

Fonte: [1] Portal e-MEC; [2] IES, via coordenador do curso ou consulta ao site do curso/instituição.

Deve-se destacar que a premissa inicial era examinar as variáveis propostas em todos os cursos da região. Aqueles que não compuseram esta análise foram excluídos pela impossibilidade de acesso aos dados requeridos. Muitos cursos, por estarem no início de suas atividades, não dispõem de maiores informações em seus *websites*. No retorno por *e-mail* de alguns coordenadores, essa mesma justificativa era acusada, apesar do estranhamento frente à imperiosa necessidade de um projeto pedagógico que contemplasse as informações requeridas para aprovação e respectiva oferta das turmas junto às instâncias governamentais. Nesses casos, não se procurou outros modos de obtenção, como esferas superiores da instituição ou órgãos oficiais de âmbito federal. Para cursos que ocorrem em dois períodos, os dados recolhidos foram computados uma única vez, para o período instituído há mais tempo. Por fim, com exceção da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu (PR) – com o curso em fase de implantação – obtiveram-se informações completas de todos os cursos ofertados por IES públicas e quase 35% dos cursos ofertados pela iniciativa privada. Pouco mais de 15% dos cursos da Região Sul não serão enquadrados neste estudo.

Os quadros 1, 2 e 3 descrevem quais os cursos contemplados neste trabalho e que tipos de informação foram utilizadas para cada Estado sulino. A partir desses dados, observam-se curiosidades sobre a distribuição geográfica dos cursos: 1) o município de Curitiba é o que tem a maior oferta concentrada no Sul do Brasil, com seis cursos; seguido por Porto Alegre, com cinco; Londrina e Florianópolis, com 4; 2) quase 70% dos cursos são ofertados em um único município, fora das capitais, em 38 distintas jurisdições; 3) Santa Catarina é o Estado sulino em que a oferta se dá de forma

Quadro 1 Cursos de Arquitetura e Urbanismo Analisados do Estado do Paraná e
Dados Específicos Compilados

IES	MUNICÍPIO	FUNDAÇÃO [1]	CH TOTAL [1]	1 [2]	2 [2]	3 [2]	4 [2]	5 [2]
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais Cescage	Ponta Grossa	2011	4.060	X	X	X	X	X
Centro Universitário de Maringá Unicesumar	Maringá	2003	4.728	X		X		
Faculdade Dinâmica	Foz do Iguaçu	2011	4.623	X		X		
Faculdade Ingá	Maringá	2011	4.080	X	X	X		
Faculdade Assis Gurgacz FAG	Cascavel	2002	3.600	X	X	X	X	X
Faculdade Mater Dei	Pato Branco	2007	4.032	X	X	X	X	X
Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUCPR	Curitiba	1976	4.626	X	X	X	X	X
Centro Universitário Dinâmica das Cataratas UDC	Foz do Iguaçu	2000	4.320	X		X		
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Londrina	1979	4.150	X	X	X	X	X
UEM - Universidade Estadual de Maringá	Maringá	2000	4.466	X	X	X	X	X
UFPR - Universidade Federal do Paraná	Curitiba	1962	3.960	X	X	X	X	X
Centro Universitário Curitiba Unicuritiba	Curitiba	2013	4.552	X	X	X	X	X
Centro Universitário Filadélfia UniFil	Londrina	1980	3.600	X	X	X	X	X
Universidade Paranaense Unipar	Cascavel	2002	4.320	X	X	X	X	X
	Cianorte	X	4.320	X	X	X	X	
	Paranavaí	2013	4.320	X	X	X	X	
	Francisco Beltrão	2010	4.320	X	X	X	X	
	Umuarama	2001	4.320	X	X	X	X	X
	Toledo	X	4.320	X	X	X	X	
Centro Universitário de União de Vitória Uniuiv	União da Vitória	2009	3.744	X	X	X		
Universidade Positivo UP	Curitiba	2000	3.920	X	X	X	X	X
Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR	Curitiba	2009	4.365	X	X	X	X	X
Universidade Tuiuti do Paraná UTP	Curitiba	1997	3.600	X	X	X	X	X

1 – nome da disciplina; 2 – carga horária; 3 – período de oferta; 4 – ementa; 5 – bibliografia básica.
Fontes: [1] Portal e-MEC e [2] IES – Via coordenador do curso ou consulta ao site do curso/instituição.

mais esparsa, seguido pelo Rio Grande do Sul e pelo Paraná; 4) seis municípios, cuja população total média é de 370 mil habitantes (Censo de 2010), oferecem três cursos em seus limites; sete municípios, cuja população total média é de 200 mil habitantes (Censo 2010), oferecem dois cursos em seus domínios; 5) apenas uma IES, no Paraná, possui aprovação para ofertar seis cursos em seis distintos municípios do interior do Estado. É interessante ressaltar que, considerando os 74 cursos analisados da região, a carga horária total média é de 4.030 horas/aula, levemente superior à média nacional, de 4.012 horas/aula (MARAGNO, 2012); para os cursos paranaenses, 4.379 horas/aula, para os catarinenses, 4.006 horas/aula e, finalmente, para os gaúchos, 3.914 horas/aula. Somente 13,5% desses cursos ofertam a carga horária total mínima, ou muito próxima dela, estipulada pela diretriz nacional (BRASIL, 2010), ou seja, um patamar bem abaixo da média nacional, registrada em 25% para o ano de 2012. (MARAGNO, 2012).

Do universo total dos dados obtidos, salientam-se questões relevantes quanto ao método de inclusão das disciplinas enquadradas neste estudo: 1) não foram incluídas as disciplinas que, apesar de possuírem termos como “paisagismo”, “paisagem”, “arquitetura paisagística” dispostos no título, não apresentavam indícios do tratamento dessas questões, observando conjuntamente ementa, objetivos e bibliografia; certamente, a fim de verificar se a menção a esses conceitos nos títulos das disciplinas significa realmente que são abordados em sala de aula seria necessário outro tipo de levantamento; o recorte adotado para a análise específica de ementas e bibliografia básica demonstra-se mais rígido que o recolhido; 2) não foram incluídas disciplinas que abordam INDIRETAMENTE questões tratadas, em geral, em disciplinas de paisagismo, pois essas questões também são necessárias para outras disciplinas do curso, como topografia, ecologia, meio ambiente, planejamento urbano. Dessa forma, estão incluídas disciplinas tão somente que tratam DIRETAMENTE do ensino de questões ligadas ao paisagismo, como projeto paisagístico, arquitetura paisagística, paisagem urbana; 3) não foram incluídas as disciplinas optativas, pois não é possível comprovar se são, realmente, ofertadas; porém, salienta-se que essas disciplinas não se fazem presentes na maioria absoluta dos cursos – são exceções e, por isso, entende-se que a exclusão das mesmas não prejudica a análise final das ofertadas regularmente; 4) somente foram analisados os livros citados como bibliografia básica.

Para a análise do conteúdo dos planos de ensino, o programa escolhido para expor os dados foi o hospedado no *website* www.wordle.net. As ementas foram modificadas para que cada expressão ou conceito mencionado fossem reconhecidos pela ferramenta, mas sem que o conteúdo exposto nas ementas fosse alterado. Tomaram-se as seguintes medidas para o texto final: 1) conceitos e expressões conjugadas (como “paisagem natural e/ou construída”) foram desmembrados (“paisagem natural” e/ou “paisagem construída”); 2) conceitos e expressões com duas ou mais palavras (“paisagem urbana”) foram unidos (“paisagemurbana”); 3) conceitos ou expressões com duas ou mais palavras (“projeto de paisagismo”) foram unificados em expressão similar (“projetopaisagístico”); 4) todas as palavras foram mantidas ou convertidas para o singular; 5) todas as pala-

Quadro 2 Cursos de Arquitetura e Urbanismo Analisados do Estado de Santa Catarina e Dados Específicos Compilados

IES	MUNICÍPIO	FUNDAÇÃO [1]	CH TOTAL [1]	1 [2]	2 [2]	3 [2]	4 [2]	5 [2]
Católica de Santa Catarina	Joinville	2012	4.260	X	X	X	X	X
Faculdade Concórdia Facc	Concórdia	2010	3.978	X	X	X		
Faculdade Empresarial de Chapecó FAEM	Chapecó	2012	3.744	X	X	X		
Faculdades de Itapiranga FAI	Itapiranga	2013	3.744	X	X	X		
Faculdade Metropolitana de Guaramirim Fameg UNIASSELVI	Guaramirim	2011	3.600	X	X	X		
Faculdade do Vale do Itajaí Mirim FAVIM UNIASSELVI	Brusque	2011	4.176	X	X	X		
Faculdade Barddal de Artes Aplicadas FB-AA	Florianópolis	2004	4.080	X	X	X		
Centro Universitário Estácio de Sá de Santa Catarina Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina FEESC	São José	2013	3.662	X	X	X		
Universidade Regional de Blumenau FURB	Blumenau	1992	4.878	X	X	X	X	
Instituto Superior Tupy IST	Joinville	2005	4.320	X	X	X	X	X
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC	Laguna	2008	4.320	X	X	X	X	X
Universidade Federal de Santa Catarina UFSC	Florianópolis	1977	3.900	X	X	X	X	X
Universidade do Contestado UnC	Curitibanos	2009	3.810	X	X	X	X	X
Universidade do Extremo Sul Catarinense Unesc	Criciúma	2003	4.170	X		X		
Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI	Indaial	2008	3.744	X	X	X		
Centro Universitário de Brusque Unifebe	Brusque	2012	3.780	X	X	X	X	X
Universidade do Sul de Santa Catarina Unisul	Florianópolis	1998	4.260	X	X	X	X	X
	Tubarão	1998	1.998	4.260	X	X	X	
Universidade do Vale do Itajaí Univali	Balneário Camboriú	1996	4.125	X	X	X	X	
Universidade da Região de Joinville Univille	Joinville	2012	4.260	X	X	X		
Universidade Comunitária da Região de Chapecó Unochapecó	Chapecó	2010	3.978	X	X	X	X	X
Universidade do Oeste de Santa Catarina Unoesc	São Miguel do Oeste	2012	3.744	X	X	X	X	X
	Videira	2013	3744	X	X	X	X	X
	Xanxerê	2011	3600	X	X	X	X	X

Legenda: 1 – nome da disciplina; 2 – carga horária; 3 – período de oferta; 4 – ementa; 5 – bibliografia básica.
Fontes: Portal e-MEC e IES. Fontes: [1] Portal e-MEC e [2] IES – Via coordenador do curso ou consulta ao site do curso/instituição.

Quadro 3 Cursos de Arquitetura e Urbanismo Analisados do Estado do Rio Grande do Sul e Dados Específicos Compilados

IES	MUNICÍPIO	FUNDAÇÃO [1]		CH TOTAL [1]	1 [2]	2 [2]	3 [2]	4 [2]	5 [2]
		ANO	CH						
Universidade Feevale	Novo Hamburgo	2000	3.600	X	X	X			
Faculdade da Serra Gaúcha FSG	Caxias do Sul	2009	3.706	X	X	X	X	X	
Centro Universitário Metodista IPA	Porto Alegre	2006	3.600	X	X	X			
Faculdade Meridional IMED	Passo Fundo	2010	0000	X	X	X			
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS	Porto Alegre	1996	4.335	X	X	X	X	X	
UCPEL - Universidade Católica de Pelotas	Pelotas	1991	3.600	X	X	X			
Universidade de Caxias do Sul UCS	Caxias do Sul	1996	4.050	X	X	X	X	X	
	Bento Gonçalves	2013	4.050	X	X	X	X	X	
Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS	Erechim	2010	4.020	X	X	X	X	X	
Universidade de Passo Fundo UPF	Passo Fundo	1972	4.233	X		X			
Universidade Federal de Pelotas UFPel	Pelotas	1952	4.500	X	X	X	X	X	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS	Porto Alegre	1993	4.680	X	X	X	X		
Universidade Federal de Santa Maria UFSM	Santa Maria	2002	3.876	X	X	X	X	X	
Universidade Luterana do Brasil ULBRA	Santa Maria	1974	3.876	X	X	X			
	Canoas	1998	3.876	X	X	X			
	Torres	2013	3.876	X	X	X			
	Carazinho	1997	3.780	X	X	X			
Universidade de Cruz Alta Unicruz	Cruz Alta	2011	3.610	X	X	X	X		
Faculdade São Francisco de Assis Unifin	Porto Alegre	2003	4.080	X	X	X			
Centro Universitário Franciscano Unifra	Santa Maria	1976	4.021	X	X	X	X	X	
Centro Universitário Ritter dos Reis UniRitter	Porto Alegre	1999	3.810	X	X	X			
Universidade de Santa Cruz do Sul Unisc	Santa Cruz do Sul	1972	3.605	X	X	X			
Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos	São Leopoldo	2003	3.720	X	X	X	X	X	
Centro Universitário Univates	Lajeado	1995	3.780	X	X	X	X	X	
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	Santiago	2001	3.825	X	X	X	X	X	
	Santo Ângelo	2011	3.825	X	X	X	X	X	
	Frederico Westphalen	2012	3.825	X	X	X	X	X	

1 – nome da disciplina; 2 – carga horária; 3 – período de oferta; 4 – ementa; 5 – bibliografia básica.

Fontes: [1] Portal e-MEC e [2] IES – Via coordenador do curso ou consulta ao site do curso/instituição.



Figura 3 Nuvem das cinquenta palavras e expressões mais citadas nas ementas das disciplinas das escolas de arquitetura e urbanismo do Estado de Santa Catarina (n = 31 ementas).
Elaborada por Alessandro Filla Rosaneli – 2014

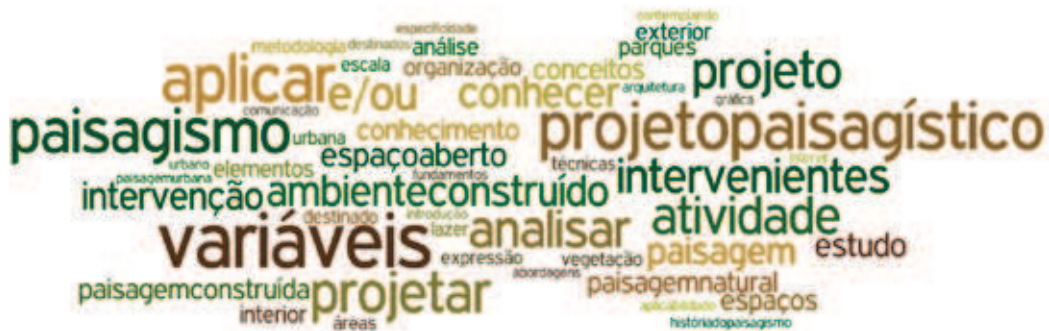


Figura 4 Nuvem das cinquenta palavras e expressões mais citadas nas ementas das disciplinas das escolas de arquitetura e urbanismo do Estado do Rio Grande do Sul (n = 33 ementas).
Elaborada por Alessandro Filla Rosaneli – 2014

Através das figuras de 1 a 4, destaca-se que as cinco expressões mais presentes para as disciplinas analisadas na Região Sul são, respectivamente: “projeto paisagístico”, “paisagem”, “paisagismo”, “estudo” e “análise”; para os cursos do Estado do Paraná: “projeto paisagístico”, “paisagem”, “estudo”, “paisagem urbana” e “espaço livre”; para os do Estado de Santa Catarina: “projeto paisagístico”, “paisagem”, “análise”, “paisagismo” e “projeto”; para os do Estado do Rio Grande do Sul: “variáveis”, “projeto paisagístico”, “aplicar”, “paisagismo” e “projetar”.

Através de análise quantitativa, é possível afirmar que a expressão “projeto paisagístico” – única presente em todas as dimensões analisadas – indica a marcante presença de um conteúdo aplicado à intervenção espacial nas disciplinas ofertadas,

sentido também dividido com as palavras “projeto” e “projetar”. Os termos “paisagem” e “paisagem urbana”, conjuntamente, também figuram como expressões mais presentes, evidenciando os conceitos que guiam as disciplinas na área. Por fim, os termos “estudo” e “análise” apontam para a importância do reconhecimento da realidade para que a ação projetual possa se desenvolver.

Do total de palavras expostas nas ementas, a constância e a escassez de algumas expressões também merecem escrutínio. Ressalta-se a profusão de termos que procuram qualificar o objeto de preocupação da disciplina, como “espaço físico”, “espaço público”, “espaço não construído”, “espaço externo”, “ambiente exterior”, “ambiente urbano”, “área livre”, “área verde” e “espaço verde” (menos presentes), e os dois mais utilizados, “espaço aberto” e “espaço livre” (o mais empregado), indicando a dificuldade de calibração no sentido das terminologias a serem apropriadas pelas disciplinas. Da mesma forma, foram encontradas referências explícitas a espaços urbanos bem delimitados, que recebem destaque para seu tratamento projetual. Em ordem de frequência: “praça”, “parque”, “jardim”, “rua”, “loteamento”, “passeios”, “calçadas” e “vias”.

Em relação aos termos que qualificam a paisagem foram encontrados os conceitos de “paisagem cultural”, “paisagem construída” e “paisagem antrópica” – menos presentes – e, mais frequentes, os conceitos de “paisagem urbana” e “paisagem natural”, fato que expõe a amplitude das tratativas encerradas pelas disciplinas. Outro aspecto relevante é a presença de expressões e conceitos que sinalizam a presença da preocupação ambiental no conteúdo ministrado; assim, é comum encontrar as palavras “ecossistema”, “ecologia”, “ecologia da paisagem”, “ecológico”, “meio ambiente”, “ambiental”, “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” (esta apenas uma vez).

No tocante ao tratamento de questões referentes ao mundo vegetal aplicado às disciplinas de paisagismo, a reduzida presença de termos talvez indique a dificuldade de inserção desse conteúdo teórico no cotidiano da sala de aula. Os termos mais citados, em ordem decrescente, foram “vegetação” (dez), “flora” (cinco), “vegetal” (cinco), “botânica” (dois), “arborização” (um) e “projeto de plantação” (um).

Concernente aos conteúdos do campo da teoria e da história da paisagem e/ou paisagismo, evidencia-se que não existem disciplinas que tratam dessas temáticas exclusivamente; por outro lado, elas estão presentes em 24 disciplinas, de forma separada ou conjugada. Tal situação revela-se preocupante, na medida em que, a partir de rápida leitura dos projetos pedagógicos dos cursos, com raras exceções, as disciplinas de teoria e história da arquitetura e urbanismo não trabalham esses conteúdos em seus domínios programáticos. Finalmente, há duas evidências sobre preferências: o termo “paisagismo” (45) para qualificar a disciplina, ao invés de “arquitetura paisagística” (três) e o recorte marcadamente urbano – o termo “região” aparece uma única vez, por exemplo.

A observação específica dos títulos dados às disciplinas também revela curiosidades: duas designações destacam-se pela constância: “paisagismo” (59 disciplinas em 76 períodos letivos) e “projeto de paisagismo” (trinta disciplinas em 32 períodos letivos) nomeiam mais da metade dos enunciados, muitas vezes, seguidos de numeração que indica a sequência de sua oferta durante o curso. No primeiro caso, em geral, os con-

teúdos ministrados são mais abrangentes do que no segundo, pois as ementas explicitam a abordagem de aspectos teóricos, históricos, metodológicos, em conjunto com os projetuais – sempre presentes como um dos objetivos essenciais dessas disciplinas. Para o segundo título e suas ramificações (“projeto paisagístico”, “ateliê de paisagismo”, “ateliê de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo”), os conteúdos ministrados, na maioria dos casos, vinculam-se a questões de método e prática do paisagismo. Outro aspecto que se apreende da análise dos títulos é a procura por integração entre conhecimentos advindos da prática projetual entre os campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, por exemplo, nos títulos: “arquitetura e paisagismo”, projeto arquitetônico e paisagístico”, “urbanismo e paisagismo”. Como forma de ilustrar essas características, a figura 5 evidencia os títulos mais utilizados. Deve-se atentar para o fato de que essas designações, mais utilizadas, destacam-se muito em razão da constante presença para sequenciar as disciplinas de vários cursos das mesmas IES, fato que gera distorção do resultado geral. Com essa ressalva, pode-se afirmar que outras três designações mais utilizadas, além das apontadas pela figura 5, são: “ateliê de paisagismo”, “teoria e história do paisagismo e urbanismo” e “projeto da paisagem”. A figura 6 apresenta as cinco expressões mais presentes nos títulos, corroborando com o que é apreendido na análise dos conteúdos das ementas – o foco no processo de intervenção espacial – além da correlação inequívoca com a prática da arquitetura e do urbanismo de modo integrado.

Quanto a autores e referências bibliográficas, há que se considerar que, por vezes, a escolha está condicionada à existência dos volumes, em quantidade mínima exigida, presentes fisicamente na biblioteca de cada instituição, sendo fator limitante para a atualização de títulos nos planos de ensino. Dos 422 títulos analisados, observou-se a seleção de grande diversidade de assuntos, que tratam dos mais variados aspectos do campo do paisagismo. Ao mesmo tempo, notaram-se algumas particularidades: i) a língua portuguesa é base para a maioria dos títulos, seguida pelos títulos na língua inglesa; ii) a maioria das publicações listadas referem-se à prática profissional do projeto paisagístico; iii) a presença de poucos títulos que tratam, exclusivamente, da teoria e da história do paisagismo; omitindo-se o número da edição, nome da editora, cidade e ano de publicação, para homogeneizar a análise, as cinco obras mais referenciadas, em ordem decrescente, são: **Plantas ornamentais no Brasil**: arbustivas, herbáceas e trepadeiras (LORENZI, H.; SOUZA, H. M.); **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil (LORENZI, H.; SOUZA, H. M.); **Criando paisagens**: guia de trabalho em arquitetura paisagística (ABBUD, B.); **Quadro do Paisagismo no Brasil** (MACEDO, S. S.); **Paisagem urbana** (CULLEN, G.) como ilustrado pela figura 7. Exceto o último, todos são produções brasileiras. Uma preocupante ressalva: várias referências estão incorretamente grafadas, tanto em observância às normas e aos padrões brasileiros para produção acadêmica quanto ao nome dos autores e títulos das obras. Sendo este um raro momento de contato dos e das discentes com a literatura da área e um reflexo do trabalho do e/ou da docente, considera-se uma incorreção injustificável.



Figura 5 Nuvem de palavras com os cinco títulos mais utilizados para nomear as disciplinas de paisagismo das escolas de arquitetura e urbanismo da Região Sul do Brasil em seus respectivos períodos letivos semestrais (n = 165 disciplinas em 198 períodos letivos).

Elaborada por Alessandro Filla Rosaneli – 2014



Figura 6 Nuvem com as cinco palavras mais utilizadas nos títulos das disciplinas de paisagismo das escolas de arquitetura e urbanismo da Região Sul do Brasil (n = 420 palavras).

Elaborada por Alessandro Filla Rosaneli – 2014



Figura 7 Nuvem com os dez autores mais citados nas bibliografias básicas das escolas de arquitetura e urbanismo da Região Sul do Brasil (n = 90 disciplinas e 422 títulos).

Elaborada por Alessandro Filla Rosaneli – 2014

5 CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Para uma visão panorâmica sobre a oferta de disciplinas que tratam de temas específicos do campo do paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo da Região Sul do Brasil, analisaram-se os períodos em que são ofertadas durante o curso e a quantidade de disciplinas por curso. Na tabela 3, que expõe o contexto de oferta das disciplinas, fica evidente que a maioria delas é disponibilizada a discentes nos terceiro e quarto anos (quinto ao oitavo períodos), os quais representam o momento de formação profissionalizante, fato que auxilia a compreender a ênfase do projeto paisagístico observada nos títulos e nas ementas das disciplinas.

Nos cursos da Região Sul do Brasil, pouco mais de 40% das disciplinas são ofertadas no terceiro ano e pouco mais de 38% no quarto ano, atingindo 78,5% das disciplinas disponibilizadas. Algumas especificidades são interessantes: i) quase um quarto da oferta (23,6%) está concentrada no sexto período e, pelo conteúdo exposto nas ementas, são disciplinas com foco na questão projetual; ii) os cursos do Estado de Santa Catarina seguem essa distribuição geral, mas há discrepância entre os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul; iii) no Estado do Paraná, quase 90% das disciplinas estão concentradas nos terceiro e quarto períodos; no Rio Grande do Sul, constata-se 67% de concentração no mesmo intervalo analisado.

Tabela 3 Oferta de Disciplinas por Período nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Região Sul do Brasil

ESTADO	PERÍODO DE OFERTA NOS CURSOS									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
PARANÁ N = 73	0	1	3	4	16	20	16	13	0	0
SANTA CATARINA N = 61	1	1	6	4	8	13	12	13	3	0
RIO GRANDE DO SUL N = 52	4	2	6	2	7	11	8	9	2	1
TOTAL N = 186	5	4	15	10	31	44	36	35	5	1

Fonte: IES – Via coordenador do curso ou consulta ao site do curso/instituição.

Pela tabela 4, verifica-se que a maioria dos cursos – quase dois terços do total – oferece uma ou duas disciplinas relacionadas ao paisagismo durante todo o curso. Esse dado talvez seja uma das constatações mais preocupantes, na medida em que aponta um infrequente e pequeno contato de discentes com temáticas e objetos do campo do paisagismo ao longo dos períodos acadêmicos na graduação. Observando a distribuição

por Estados, distingue-se a situação do Rio Grande do Sul, onde quase 90% dos cursos ofertam uma ou duas disciplinas, também concentradas no terceiro e quarto anos dos cursos. Os cursos paranaenses se distinguem pela oferta de mais disciplinas na área de paisagismo por curso, com destaque para os cursos da PUCPR (seis disciplinas) e da UFPR (cinco disciplinas) que possuem grande concentração de carga horária: 240 e 450 horas/aula, respectivamente. Em comparação complementar, considerando os 74 cursos analisados e as 188 disciplinas obrigatórias, em média, são ofertadas 2,54 disciplinas que tratam diretamente de aspectos relacionados ao paisagismo nos cursos da Região Sul do Brasil. Segmentando essa leitura por Estado, tem-se sensível variação, com a oferta dos cursos paranaenses acima da média, com 3,17 disciplinas por curso; gaúchos, abaixo da média, com 2,3; catarinenses, exatamente na média.

Tabela 4 Quantidade de Disciplinas Semestrais Ofertadas nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da Região Sul do Brasil

ESTADO	QUANTIDADE DE DISCIPLINAS SEMESTRAIS OFERTADAS POR CURSO									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PARANÁ N = 23	2	7	2	10	1	1	0	0	0	0
SANTA CATARINA N = 24	8	6	3	4	2	1	0	0	0	0
RIO GRANDE DO SUL N = 27	10	14	2	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL N = 74	20	27	7	14	3	2	0	0	0	1

Fonte: IES – Via coordenador do curso ou consulta ao site do curso/instituição.

A análise da carga horária das disciplinas também oferece cenário intrigante sobre a capacitação de discentes na área de paisagismo. Ao contabilizar toda a carga horária compilada no levantamento e distribuí-la pelas disciplinas ofertadas, obtém-se valor médio aproximado de 65 horas/aula por disciplina. Considerando cada Estado, distingue-se a situação dos cursos paranaenses com a menor média – aproximadamente 53,5 horas/aula –, seguido pelos catarinenses – aproximadamente 67 horas/aula – e pelos gaúchos, com 77,7 horas/aula. Retirando disciplinas integradas com arquitetura e/ou urbanismo, na medida em que os conteúdos são, no mínimo, igualmente divididos entre esses campos de conhecimento, um cenário diferente se apresenta. A carga horária média da Região Sul cai para 55,6 horas/aula por disciplina; os cursos paranaenses ainda se distinguem como aqueles com menor carga horária, com 51,3 horas/aula – seguidos pelos de Santa Catarina, com 57,7 horas/aula, e pelos gaúchos,

com aproximadamente 61 horas/aula. O que se destaca nessa comparação é a queda brusca observada na média geral e nos dois últimos casos em razão da quantidade de disciplinas integradas nos currículos dos dois Estados mais a meridional da região.

Verificando destacadamente a situação dos cursos que oferecem uma ou duas disciplinas, a média de carga horária é sensivelmente menor que a média geral, com pouco mais de 61 horas/aula, considerando as disciplinas integradas. A situação dos cursos nos quais há apenas uma disciplina apresenta-se como a mais degradante – mesmo que a carga horária média seja próxima da geral, com 65,5 horas/aula –, sendo a mesma um dos poucos momentos de contato com as questões paisagísticas de forma concentrada. Em ambos os casos, e de forma preocupante, o menor contato de discentes com os assuntos concernentes ao paisagismo se dá tanto ao longo do curso quanto em relação à quantidade de horas/aula cursadas. Ao compreender que são ofertadas 2,54 disciplinas obrigatórias, em média, por curso na Região Sul do Brasil e que, no melhor cenário, um total de 65 horas/aula são disponibilizadas, em média, por disciplina durante a graduação (para carga horária média de 4.030 horas/aula, em conformidade com os dados disponibilizados nos quadros 1, 2 e 3), nota-se que nos cursos de arquitetura e urbanismo da Região Sul do Brasil as disciplinas do campo do paisagismo abrangem 4% do total ofertado. Levando em conta esse raciocínio para os três Estados sulinos, tem-se que os cursos de arquitetura e urbanismo no Estado do Paraná estão abaixo da média regional, com 3,87% do total ofertado, e os cursos gaúchos e catarinenses estão acima da média, com 4,46% e 4,35%, respectivamente.

Quando se analisa o conteúdo das ementas das disciplinas nos cursos em que é ofertada apenas uma disciplina, fica evidente que a maioria delas trata de amplo leque de assuntos na tentativa de encerrar temáticas relativas ao campo do paisagismo – e todas possuem como objeto final a proposta de intervenção paisagística. Ao conseguirem abarcar uma totalidade de assuntos satisfatória, certamente sacrificam a quantidade de tipos de espaços livres – públicos e privados – possíveis de serem abordados no momento projetual, ao mesmo tempo em que não exercem mergulhos nos domínios da executabilidade das propostas, já que em alguns planos se indica o nível de anteprojeto como o de resolução final dos trabalhos práticos. Certamente, a relação quantitativa entre docentes e discentes, que não foi motivo de investigação desta pesquisa, também contribuiria para elucidar essa construção pedagógica, desde o tratamento de assuntos iniciais das disciplinas até o lançamento de trabalhos práticos, mas o que não se deve perder de vista é a pequena exposição de discentes, ao longo do curso de arquitetura e urbanismo, a preocupações e soluções pertinentes ao campo do paisagismo.

Com esse cenário em mente, alguns cursos mereceriam destaque, quer seja pela quantidade de disciplinas e carga horária ofertadas ou mesmo pelo arranjo pedagógico integrado. No Estado do Paraná, os cursos da UFPR e da PUCPR apresentam-se distintos. O primeiro, pela diversidade da proposta pedagógica, em que, após uma disciplina de caráter teórico-conceitual, os discentes são instados a refletir sobre a prática profissional de forma isolada – e também conjugada com o projeto arquitetônico – em cinco disciplinas obrigatórias que correspondem a 11,4% da carga horária total; o segundo,

pela sequência manifestada a partir do terceiro período, em que se sucedem disciplinas que se organizam pela complexidade escalar da abordagem, num conjunto de seis disciplinas obrigatórias, correspondentes a 5,2% da carga horária total do curso. Em ambos os cursos, a carga horária de ensino de paisagismo, em razão desses arranjos particulares, está acima da média no Estado.

Em Santa Catarina, destacam-se os cursos da UFSC e da atual Católica de Santa Catarina. Na primeira instituição, chama atenção a integração promovida pelas disciplinas de arquitetura no início do curso e com as de urbanismo, mais adiante, num total de 300 horas/aula para as quatro disciplinas, que correspondem a 7,7% da carga horária total do curso; na segunda, a disciplina de fundamentação, logo no primeiro período, seguida pela sequência das quatro disciplinas práticas a partir do quinto período, com o aumento gradativo da complexidade escalar, ainda que com pequena carga horária, perfazendo 3,5% da carga horária total do curso. No Estado mais ao sul do Brasil, evidencia-se a estrutura pedagógica do curso abrigado pela Universidade Federal de Santa Maria, no qual as dez disciplinas integradas de arquitetura, urbanismo e paisagismo são ministradas ao longo de todo o curso, com distintos temas e complexidade; ainda que se estendam por incríveis 1.200 horas/aula, no entanto, pelos planos analisados, observa-se que os conteúdos ligados ao ensino do paisagismo figuram de modo coadjuvante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise quantitativa sobre o ensino de paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo certamente tem suas limitações e toda investigação possui recortes que podem interferir nos resultados. No presente caso, a decisão por uma análise mais restrita da realidade, observando aspectos basilares da formação de um arquiteto e urbanista – através de disciplinas que tratam diretamente do campo do paisagismo – e aspectos mais concretos dessa formação, pela exclusão das disciplinas optativas (mesmo que sejam minoria), são fatores determinantes para o quadro apresentado. Cabe ressaltar que uma abordagem investigativa de viés qualitativo, que considere outros aspectos, também determinantes para o aprendizado, como a relação numérica entre docente(s)/discentes, a forma de desenvolvimento dos trabalhos práticos e teóricos (em equipes ou individualmente), a relação entre carga horária das disciplinas, conteúdo pedagógico exposto nos planos de ensino e quantidade de discentes em sala, sem dúvida incidiriam numa leitura mais completa da realidade pedagógica – outra investigação e também imprescindível. Mesmo diante de tais insuficiências, entende-se que a presente análise possui uma contribuição para o entendimento dessa prática pedagógica na atualidade. Os 89 cursos da Região Sul do Brasil apresentam-se como universo relevante para perspectivas de análise no cenário nacional, sobretudo após o intenso processo de criação de novos cursos experimentado nos últimos anos.

As análises referentes aos conteúdos ministrados apontam questões interessantes e, talvez, a mais evidente seja a marcante convergência das disciplinas para o ato de

projeto do espaço livre. Para tanto, o fato de perceber, de analisar e de interpretar a paisagem revela-se como um dos caminhos mais apontados pelas ementas, sendo que as referências bibliográficas mais utilizadas alimentam o viés aplicado nas disciplinas.

A profusão de termos que pretende identificar o objeto de intervenção, todavia, revela a necessidade de maiores esforços teóricos. Em relação às características de oferta, um dos aspectos gerais mais preocupantes constatados neste estudo é o infrequente contato dos discentes com o universo de questões pertinentes ao campo do paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo. Conseqüentemente, tanto em relação à quantidade de disciplinas ofertadas quanto à carga horária total das mesmas, as evidências médias encontradas permitem indagar sobre os desafios dos egressos para desempenho das atribuições nesse âmbito projetual. A média de 4% do total da carga horária dos cursos destinadas ao ensino de paisagismo é um dado alarmante, que convida a reflexões. Constatou-se, também, que cada Estado sulino apresenta estrutura de ensino e realidade pedagógica distintas – muito devido ao processo histórico da fundação dos cursos de arquitetura e urbanismo. Mesmo assim, as considerações gerais elaboradas oferecem um panorama médio aceitável para a realidade estudada e podem contribuir para a compreensão de importantes questões sobre a atualidade do ensino de paisagismo no cenário nacional. A experiência ressaltada de alguns cursos poderia servir de parâmetros para renovadas perspectivas.

As ausências são perturbantes: no universo observado, são mínimas as experiências de disciplinas isoladas que se concentram especificamente no tratamento teórico e conceitual aprofundado da questão da paisagem, assim como de disciplinas que tratam da história da paisagem e/ou do paisagismo. Ainda que esses conteúdos estejam presentes em várias ementas analisadas, o agravante é que são divididos com outros domínios, reduzindo de forma alarmante sua importância para o reatamento das práticas projetuais (sem desmerecer essa essência integrada).

Por outro lado, ainda que o projeto paisagístico se evidencie como o objetivo comum da maioria absoluta das disciplinas, quase nada foi constatado sobre o enfrentamento minucioso de questões de execução e detalhamento. Tal tendência induz a refletir sobre outra característica muito presente nos títulos, nas ementas e nas bibliografias analisadas: a integração com distintos campos do conhecimento. A arquitetura e o urbanismo são diversas vezes elencados conjuntamente em busca de uma associação desejável, porém a discussão tecnológica, que poderia contribuir para projetos mais consistentes, configurou-se como um dos grandes vazios encontrados. A partir da leitura de alguns planos de ensino de disciplinas com perspectiva integradora, uma suspeição de que a atividade projetual de paisagismo é pretexto para o simples embelezamento ou preenchimento do vazio deixado pelo espaço construído, sendo a paisagem mera retórica, se cristaliza. Nesse caso, uma investigação com abordagem qualitativa seria fundamental para estabelecer juízo mais convicto.

No tocante às escolhas tipológicas para o enfrentamento projetual, percebe-se que, embora o destacado foco na intervenção em espaços livres urbanos de domínio público configure-se em experiência positiva –, correspondendo ao debate sobre o alarmante

rumo do espaço público das cidades brasileiras – o enfrentamento do jardim residencial poderia ser mais ensejado, em virtude da extensa e real demanda de trabalho passível de contribuição profissional do arquiteto e urbanista.

Por fim, uma nota de alerta: num mundo dito “hiper-real” e deveras conectado virtualmente, a pouca capilaridade das informações disponibilizadas pelos cursos na “paisagem virtual” de seus *websites* assusta. Poderia enunciar-se que a internet não é interface amigável para que interessados possam obter detalhes dos cursos. Através de endereços mal preparados, confusos e esteticamente desagradáveis, não se possibilita que a comunidade local, a sociedade brasileira e muito menos visitantes do exterior possam distinguir as características peculiares que poderiam fazer desses cursos futuros abrigos para o desenvolvimento de habilidades e capacidades de discentes, docentes e pesquisadores. Mesmo sendo essa constatação paralela à investigação proposta, revela o quanto estamos distantes de experiências exitosas espalhadas no mundo, onde a plataforma virtual é elemento presente, vivo e imprescindível ao ensino no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria Ministerial nº 1.770, de 23 de dezembro de 1997. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/fau/administracao/acad/servgrad/faupoli/anexo_1.pdf>. Acesso em: 15 a 20 jan. 2014

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso em: 15 a 20 de janeiro de 2014.

MARAGNO, Gogliardo Vieira. Questões sobre a qualificação e o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 31, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENSEA, nov. 2012. Disponível em: <http://www.abea-arq.org.br/wp-content/uploads/2013/03/artigo_maragno-pgn1.pdf>. Acesso em: 15 a 20 de janeiro de 2014.

WEBSITES CONSULTADOS*

<http://emec.mec.gov.br/>

<http://www.caubr.gov.br/censo>

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa_2012

<http://www.wordle.net/>

* Entre 15 e 20 de jan. 2014.